

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.298 - SP (2018/0146197-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
EMBARGANTE : JOSE ROBERTO OCROCH
ADVOGADO : ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR - SP140493
EMBARGADO : E&A - INTERMEDIACAO IMOBILIARIA LTDA
OUTRO NOME : LIV INTERMEDIACÃO IMOBILIÁRIA LTDA
EMBARGADO : LPS ONLINE CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADO : ALFREDO HENRIQUE DE AGUIRRE RIZZO - SP142344
OUTRO NOME : FOR YOU - ASSESSORIA TÉCNICA E DOCUMENTAL LTDA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO.

1. A "majoração dos honorários recursais será possível somente quando presentes os seguintes requisitos cumulativos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação ao pagamento de honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso" (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017).

2. Embargos de declaração acolhidos para prestar esclarecimentos.

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por E&A - INTERMEDIACAO IMOBILIARIA LTDA em face de decisão da minha lavra, assim sintetizada:

Ementa Corretagem Compra de imóvel realizada em stand da vendedora Pagamento da corretagem indevido Negócio não caracterizado Inexistência da aproximação típica da corretagem (art. 726 CC) Intermediário apenas cumpriu dever de informar da vendedora (art. 6º III CDC) e cobrar compradores por cumprimento de dever é colocá-los em desvantagem excessiva (art. 51 IV cc § 1º II CDC) Previsão contratual afasta aplicação da multa do art. 42 par. ún. CDC Recurso parcialmente provido.

Alega que a decisão foi omissa quanto à majoração dos honorários advocatícios arbitrados no recurso de apelação.

É o relatório.

Decido.

2. De fato, a decisão foi omissa nesse ponto.

De acordo com entendimento consolidado nesta Corte, a "majoração dos honorários recursais será possível somente quando presentes os seguintes requisitos cumulativos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação ao pagamento de honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso" (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017).

No caso, a decisão impugnada pelo recurso especial foi publicada em 30/07/2015, razão pela qual a parte não faz jus à majoração de honorários advocatícios de sucumbência.

3. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração apenas para prestar esclarecimentos.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator